

*As faces de Roma e os centros do poder em Amiano  
Marcelino\**

JULIANA BASTOS MARQUES<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Resumo:** É na obra de Amiano Marcelino que encontramos os últimos ecos da presença de Roma como a grande Capital do Império. No entanto, ao mesmo tempo em que Roma permanece como centro inquestionável do Império Romano, os acontecimentos narrados por ele revelam o verdadeiro caráter da cidade, quase irrelevante como centro político. De fato, o que se sobressai para Amiano é, em última instância, o caráter simbólico da cidade de Roma, *urbs aeterna*. Constantinopla é o novo centro de poder, mas permanece para o historiador um lugar pouco expressivo. Esse paradoxo reside exatamente no fato de que os centros do poder para Amiano Marcelino não são mais lugares físicos, mas são os próprios imperadores, suas cortes e exércitos.

**Palavras-chave:** Roma; Amiano Marcelino; Historiografia latina.

**Abstract:** It is in the works of Ammianus Marcellinus that we find the last echoes of the presence of Rome as the great Capital of the empire. However, while Rome remains as the indisputable center of the Roman Empire, the facts narrated by Ammianus reveal the real character of the city of almost complete irrelevance as political center. Indeed, what stands out for Ammianus is ultimately the symbolic character of the city of Rome, *urbs aeterna*. Constantinople is the new center of power, but remains for the historian an inexpressive place. This paradox stems from the fact that the centers of power for Ammianus are not physical places anymore, but rather the emperors themselves, their courts and armies.

**Keywords:** Rome; Ammianus Marcellinus; Latin historiography.

O mundo antigo é o mundo da cidade. Desde os primeiros processos de urbanização na Mesopotâmia, passando pela importância crucial do modelo da *pólis* grega para o Ocidente e, por fim, com a consolidação de Roma como a *urbs* última e máxima, a cidade antiga é o centro da esfera política, concentrando o poder, e da esfera econômica, na distribuição da produção rural e na centralização do comércio.

De todas as cidades do mundo antigo, a maior, mais poderosa e mais emblemática é sem dúvida Roma, que durante o período da República começa a empreender a conquista territorial mais bem-sucedida de todos os Impérios da Antiguidade. Os maiores Impérios antes de Roma – o de Alexandre e, antes disso, o Império Aquemênida – basearam sua centralização política apenas em torno do sucesso militar individual dos monarcas. Mesmo experiências como o Império Ateniense e até Cartago não podem ser comparadas em termos de magnitude e perenidade com a extensão do poder da cidade de Roma.

No entanto, com a expansão cada vez maior do Império e a consolidação das províncias, especialmente após a extensão máxima com Trajano, começamos a perceber uma diminuição do papel da cidade de Roma como centro político. Por fim, na Antiguidade Tardia, ou seja, após a crise do século III d. C., uma série de fatores se mostra determinante para constatar esse processo, em especial a valorização das elites locais, a separação das carreiras civil e militar e a necessidade de um controle maior e mais permanente das fronteiras (MENDES, 2002). Essas características estão na raiz do surgimento de outras importantes cidades como centros de poder no Império – cujo melhor exemplo é a fundação de uma segunda Capital, Constantinopla – e da consolidação de imperadores militares oriundos das províncias. Sendo assim, qual se torna o papel de Roma nesse novo contexto?

Uma análise de Amiano Marcelino nos parece muito útil para responder essa questão. Amiano é o último de uma tradição literária consolidada de historiadores latinos, professando as regras do gênero histórico com a mesma pretensão de objetividade e imparcialidade de Salústio (BARNES, 1998, p. 98) e Tácito (BLOCKLEY, 1975, p. 31; MARINCOLA, 1997, p. 254-255; KELLY, 2009, p. 350-353). Em seus subprefácios dos livros XV e XXVI – já que não temos o prefácio inicial de sua obra – ele também realça a sua diferença em relação aos sumários históricos tão comuns em sua época, pois escreve uma história mais extensa e

detalhada,<sup>2</sup> e defende que “a historiografia deve narrar fatos essenciais, e não esquadriñar minúcias e ações insignificantes”.<sup>3</sup> Mais do que isso, no entanto, Amiano nos interessa aqui por ser ele mesmo um personagem muito atuante dentro de sua obra – talvez seja o historiador antigo de quem mais podemos conhecer a própria trajetória. Muito do que os estudos sobre ele discutem é sua relação com a cidade de Roma, e o quanto de seu julgamento do mundo e de sua experiência de vida transparecem nos relatos que faz sobre a Cidade Eterna.<sup>4</sup>

Lendo o texto de Amiano, o que salta aos olhos é a peculiaridade da posição de Roma na narrativa. Centro inquestionável e eterno do Império, a cidade, no entanto, aparece quase que de maneira incidental, irrelevante para o conjunto dos acontecimentos. Tanto é assim que a forma com que Roma mais aparece na narrativa é através de duas digressões, até consideráveis, mas que aparecem totalmente desconectadas dos centros da ação, com Juliano e Constâncio II em XIV, 6, e Valentiniano e Valente, em XXVIII, 4.<sup>5</sup> Fora isso, a cidade serve também como pano de fundo na descrição da visita de Constâncio II no livro XVI, já um evento incomum para a época, mas cuja intenção em primeiro plano é ressaltar o solene artificialismo da atitude do imperador (EDWARDS, 1996, p. 97-98; BEARD, 2007, p. 323-324). É tendo em vista esse mesmo propósito que aparece no trecho não só a procissão “triumfal” adentrando a cidade, mas também o deslumbramento do imperador perante a magnificência dos edifícios de Roma, em especial o Fórum de Trajano e sua compreensão de que ele não poderá jamais se igualar às conquistas e aos feitos do passado (XVI, 10.15). Em referências mais circunstanciais, Roma também aparece através de menções espalhadas sobre as atividades dos prefeitos do pretório e também em uma série de acusações e condenações de senadores no livro XXVIII, mas que não parece correlacionada à digressão que logo se segue sobre o estado moral da Capital.

Quanto à forma do texto, consideremos a questão das regras do gênero historiográfico no mundo latino (MARINCOLA, 1999). Ao se colocar como sucessor da tradição historiográfica latina, Amiano deveria a princípio seguir o modelo analítico de Tito Lívio e Tácito, com a clássica divisão entre *res internae* e *res externae*. No entanto, essa divisão no autor é imprecisa e talvez propositalmente assistemática, até porque não encontramos nele também a distribuição tradicional analítica que introduz os anos na narrativa de maneira sistemática a partir da menção aos novos cônsules de Roma (VERBRUGGHE, 1989; JAL, 1997, p. 31). Isso acontece

porque essa divisão está subordinada à atividade dos imperadores dos lados ocidental e oriental, nas fronteiras e nas cidades onde eles permanecem temporariamente. Ela se acentua nos livros pós-Juliano, de XXVI a XXXI, onde o elemento autobiográfico do autor também sai de cena.

A primeira grande digressão sobre a cidade, no livro XIV, aparece no contexto da vitória de Constâncio II sobre o usurpador Magnêncio e da perseguição aos partidários deste. No entanto, serve também como contraponto biográfico do imperador do Ocidente em relação aos atos cruéis de Galo em Antioquia e à sua execução, que são os temas predominantes do livro. Em um primeiro momento, Amiano justifica a presença do tema, o cotidiano da cidade, para o eventual leitor estrangeiro que não a conheça: por que ele vai se ocupar em interromper a narrativa dos fatos relevantes para o Império e falar de um lugar em que “não aparecem mais do que sedições, tabernas e outras vilezas do gênero”?<sup>6</sup> Amiano traça para isso um breve quadro da história de Roma, baseado na mesma analogia do tempo biológico de vida que encontramos em Floro e Sêneca, o Velho (RUCH, 1972): a cidade tem sua infância nos primeiros séculos da República, com as lutas locais contra outras cidades do Lácio, a adolescência “cruzando os Alpes e o mar”, a maturidade com os triunfos do Império e a velhice com o fim das conquistas e a consolidação territorial. Pacificado e civilizado o mundo, a cidade entrega aos imperadores, “como se fosse um pai frugal, prudente e rico”, a missão de “reger o seu patrimônio”, em uma sucessão agora aparentemente *ad infinitum* (XIV, 6.5). O nascimento de Roma prova que sua existência será eterna, pois o pacto entre a *Virtus* dos romanos e a *Fortuna* de seu grandioso futuro é garantido pela vontade dos deuses.<sup>7</sup> Sendo assim, Roma envelhece, mas não morre, e é dessa forma que Amiano resolve o paradoxo inerente à metáfora da vida humana.

Essa ideia é fundamental para que possamos entender a função da cidade de Roma em todo o texto de Amiano Marcelino. Com essa explicação, ele divide a história do Império em dois grandes momentos, um onde a própria cidade é responsável pelo seu destino e pelo destino do mundo, e o momento seguinte, em que a atuação dos imperadores se desprende totalmente da cidade, carregando apenas seu legado. De fato, a análise nada mais é do que um reflexo dos fatos: a cidade de Roma já não é mais o centro do poder e a residência do imperador há tempos, desde que a necessidade do controle das fronteiras no século III começou a dar força a cidades como Milão e Nicomédia como temporárias, mas estratégicas sedes do governo.

Analisando a seguir a situação cotidiana da cidade, Amiano não cita nomes, mas condena explicitamente a atitude de alguns senadores e compõe um quadro preciso e bastante negativo das atitudes da nobreza romana. Para isso, utiliza também um recurso retórico tradicional e bastante comum no século IV d. C., através do contraste com alguns dos *exempla* virtuosos do passado, como Catão, Valério Públicola, Marco Atílio Régulo e a filha de Cipião, possivelmente copiando e bem no estilo em voga de Valério Máximo (XIV, 6.11). Referências eruditas e proverbiais a Simônides e Hesíodo também ajudam a compor a autoridade da digressão (FORNARA, 1992; KELLY, 2008, p. 184).

Os senadores da Roma de Amiano cultuam suas próprias imagens através da exibição de estátuas de bronze cobertas com ouro, usam carruagens e roupas luxuosas e excessivamente vistosas, gabam-se de sua riqueza e dos séquitos de escravos, cozinheiros, dançarinos e eunucos que desfilam pela cidade. Seus banquetes são faustosos e entediantes, e suas atitudes perante os clientes e estrangeiros, totalmente vãs e superficiais. Embora a descrição seja bastante viva, realçar os temas da ostentação da riqueza e da comida para caracterizar a decadência moral em Roma já é um recurso retórico bastante utilizado há séculos, haja vista, por exemplo, as reclamações de Tácito em relação à elite Júlio-Cláudia (MARQUES, 2004). Quanto aos pobres, mais uma fórmula retórica conhecida: ressalta-se o vício nas corridas de cavalos, revelador de interesses baixos e mundanos.

Podemos interpretar nesses exemplos o próprio Amiano como testemunha ocular, apresentando suas reclamações por ter sido eventualmente uma vítima dos degenerados romanos? A maior parte dos estudiosos afirma que sim.<sup>8</sup> Em primeiro lugar, isso transparece através da menção aos ricos que a princípio recebem com muita amabilidade os que os saúdam pela manhã – no ritual da *salutatio* –, mas que, um dia sequer que se deixe de fazê-lo, esquecem completamente quem são os que os visitam (XIV, 6.12-13). A observação, anedótica, parece fundada na própria experiência de Amiano. Muito se tem escrito sobre se ele teria conseguido penetrar nos ambientes intelectuais da cidade e se tornado um protegido do grupo de Símaco, mas as evidências que encontramos pelo menos dentro no texto apontam para dificuldades de Amiano na recepção dentro dos círculos sociais romanos (CAMERON, 1964; MATTHEWS, 2007, p. 466). O outro ponto talvez autobiográfico dentro dessa digressão ocorre quando Amiano menciona a expulsão dos estrangeiros da cidade, ocorrida em 384 por conta

de um período de fome e carestia de alimentos; o tom do texto é revelador, pois ele ressalta com peculiar indignação como os únicos estrangeiros a permanecer na cidade foram os mais baixos e indignos: atores, dançarinos e músicos (XIV, 16.19).

A digressão se encerra com uma observação que realça a irrelevância da cidade dentro do Império e também dentro da própria continuidade da narrativa do autor: “são essas coisas e outras semelhantes que não permitem que se faça nada memorável ou sério [*memorabile nihil vel serium*] em Roma” (XIV, 6.26). Essa observação não é banal. Ela infere que descrever os acontecimentos da cidade de Roma iria, a princípio, contra os princípios historiográficos que o próprio Amiano defende, e que são premissas clássicas do gênero, pois a História deve narrar exatamente fatos memoráveis e ser uma forma literária elevada. Sendo assim, por que se dedicar a esse assunto? Transparece em Amiano um ar de obrigatoriedade temática/retórica – ele se veria obrigado a falar sobre a cidade de Roma, da mesma forma que Tácito reclama nos *Anais* por ser obrigado a falar sobre as baixezas (IV, 32) ou a vilania (XVI, 16) do período que relata. Em ambos os casos, por mais irrelevante que seja o assunto, o tema requer o relato, para que seja fixada a memória do passado e explicitados os exemplos a seguir ou a evitar.

Na segunda digressão, no livro XXVIII, essa mesma sensação de obrigatoriedade também transparece, e o tom da introdução soa quase como um pedido de desculpas de Amiano por ter se esquecido de falar das *res internae*:

Depois de ver que, durante muito tempo, meu relato não tratou dos fatos ocorridos em Roma, devido à grande atividade das províncias [um intervalo de 14 livros!], voltarei mais uma vez à cidade para narrar brevemente alguns acontecimentos.<sup>9</sup>

Aqui, o mesmo tema da atitude indigna dos romanos aparece sob mais exemplos, com retratos de nobres ostentosos, arrogantes e incultos e de pobres preocupados apenas com o vinho e as corridas de cavalos. Essa digressão tem uma estrutura argumentativa menos clara do que a primeira, refletindo talvez uma falta de revisão ou planejamento do texto que parece marcar os livros dedicados a Valentiniano e Valente (PACK, 1953, p. 181). Nesse sentido, é interessante citar a comparação que Matthews faz entre o teor de ambos os trechos:

O primeiro é mais seletivo na escolha do material, mais temático em sua ênfase e mais calculado em sua apresentação, seus vários tópicos sendo introduzidos com uma variedade maior e recursos de linguagem e estilo. A segunda digressão, talvez ainda mais dinâmica quanto a detalhes específicos, é organizada de forma menos coerente, suas imagens - muitas vezes impressionantes - são relacionadas mais arbitrariamente entre si e as considerações gerais por trás das escolhas de exemplos de Amiano não ficam claras. É como se Amiano estivesse completando a sua primeira digressão com uma seleção adicional de exemplos, usando restos de material que ele não havia incluído antes; ou talvez a segunda passagem, menos trabalhada que a primeira, nunca recebeu a planejada revisão (2007, p. 414).<sup>10</sup>

Matthews ressalta a seguir que essas diferenças podem refletir não um problema estilístico, até porque este tipo de conjectura é evidentemente abstrato e impreciso, mas sim uma questão de ênfase temática. A primeira digressão teria como ponto principal exatamente a metáfora biológica do crescimento de Roma e a ilustração de que sua velhice poderia ser tão grandiosa quanto previa a *Fortuna*, não fosse pelo comportamento de alguns que não agem com a *virtus* que lhes é esperada. Já a segunda digressão descarta a metáfora e apenas enumera uma série de exemplos mais explícitos e prosaicos do comportamento decadente dos romanos, sejam eles *honestiores* ou *humiliores*.

O tom satírico do texto é aqui mais explícito e próximo ao estilo de Juvenal (REES, 1999), autor que Amiano paradoxalmente parece condenar quando se refere ao gosto pouco sofisticado dos leitores romanos (XXVIII, 4.14), que não se importariam mais com leituras elevadas e só queriam saber de ler Juvenal e Mário Máximo. No entanto, pode-se ler neste trecho não exatamente uma crítica a estes dois autores, mas sim aos próprios leitores romanos, que deveriam mas não conhecem mais os grandes clássicos. Sendo assim, o tom de sátira do próprio texto de Amiano se presta como um paralelo adequado às críticas do próprio Juvenal ao comportamento desregrado tanto da elite quanto do povo romano.

Desta vez o contexto são os problemas que Valentiniano encontra nas fronteiras ocidentais e que Valente, em menor escala, enfrenta nas orientais. É curioso notar que o livro XXVIII começa com um longo episódio na própria cidade de Roma envolvendo perseguições e condenações causadas pela crueldade do prefeito Maximino, três seções antes da digressão

propriamente dita sobre a cidade, e Amiano não parece entender esse trecho como um prenúncio temático particular das *res internae* que logo se seguirão. É possível entender a desconexão desse episódio com a digressão posterior quando vemos que Amiano procura justificar a presença desses primeiros fatos no seu texto com o argumento de que eles são relevantes e importantes. Ele afirma que é importante utilizá-los como *exempla* apesar de temer por mencioná-los, apostando na quase inutilidade deles por causa da “moderação” de sua própria época – no que parece ser uma indireta, mas evidente, justificativa de seu temor (XXVIII, 1.1-2). Porém, como vimos, o tom geral das digressões sobre Roma também mostra essa aparente irrelevância, que na verdade tem uma função importante: os *exempla* são negativos, e o autor os insere na narrativa para que o leitor os evite e retome, a partir da repulsa a eles, a *virtus* tão renegada na cidade.

É nesse sentido que podemos ler o caráter mais anedótico dos episódios narrados nessa segunda digressão, em comparação com a anterior, ao retomarmos sua forma satírica: os nobres se gabam de seus nomes pretensamente ancestrais, disputam prostitutas nos banhos públicos, envolvem-se com corridas de cavalos, viagens extravagantes, roupas suntuosas e banquetes faustosos (que nos lembram a imagem de Trimalcão e seus convidados), sempre cercados por imensos séquitos de escravos, charlatães e interesseiros em geral. Alpinistas sociais, supersticiosos que não dão um passo sequer sem consultar a posição dos astros, esposas à espreita de testamentos, os *honestiores* degenerados aparecem em todos os cantos. Para a plebe, o retrato é ainda mais esquemático, retomando mais uma vez os *topoi* da corrupção mais baixa da comida, bebida e divertimentos públicos.

Feita essa descrição de vilezas, o fim da segunda digressão também segue a mesma linha da primeira, cortando abruptamente o tema para não mais se voltar a ele: “Detivemo-nos bastante com a situação de Roma. Voltemos agora aos outros eventos, ocorridos por várias causas nas províncias”.<sup>11</sup> Não pretendemos com essa breve análise entender que o retrato que Amiano faz de Roma seja necessariamente literal (ROHRBACHER, 2002, p. 30). Tomando-o dessa forma, esquecemos o quanto outras fontes retratam a cidade nesse período como sendo ainda um centro cultural relevante. De fato, o reconhecimento do caráter satírico da segunda digressão, e até mesmo da primeira, em menor grau, indica também o que pretendemos aqui defender: essa visão negativa de Roma é em grande medida retórica, tanto quanto a própria presença da cidade em sua obra. O

objetivo último de Amiano é mostrar o paradoxo de que o centro do Império ainda é e sempre será a *urbs*, por mais irrelevante e decadente que ela esteja no momento da narrativa.

Além de Roma, as outras principais cidades do Império estão também presentes de maneira contínua na narrativa, de duas formas: ou pela sua própria relevância, ou por causa da eventual presença do imperador. No primeiro caso, trata-se em particular da ênfase que Amiano coloca na prosperidade das cidades do Império quando faz suas extensas descrições geográficas e etnográficas, como, por exemplo, enumerando as cidades do Ponto Euxino (XXII, 8) e da Trácia, esta com cidades “belas e importantes” (XXVII, 4). Aqui também, por motivos circunstanciais, poderíamos encaixar Amida (XVIII, 9), cuja rica descrição nos permite ter uma ideia da dinâmica das cidades de fronteira no Oriente. Já as cidades que aparecem por causa da presença do imperador são geralmente as novas sedes de residência e bases estratégicas dos imperadores, que, no entanto, estão sempre em constante movimento entre elas, como é o caso de Trier e Milão, no Ocidente, e Antioquia no Oriente. Como reflexo disso, Roma desaparece completamente de longos trechos: os principais casos onde isso ocorre são os livros em que Juliano é imperador, de XXII a XXV, e que apresentam um movimento contínuo em direção ao Oriente e à Pérsia desde sua ascensão, e os livros XXX e XXXI, com a morte de Valentiniano e a batalha de Adrianopla.

O caso mais singular dentre essas outras cidades é Constantinopla, nova Capital do Império construída algumas décadas antes pelo pai de Constâncio II, Constantino. A cidade se estabelece como sede e residência principal do imperador no Oriente e procura recriar as instituições e a grandeza de Roma. Por exemplo, já em torno de 350 o Senado de Constantinopla adquire um status equivalente ao do Senado romano, e em 359 dá-se início à nomeação de prefeitos do pretório, assim como na antiga Capital. O que é interessante notar no texto de Amiano a respeito de Constantinopla, no entanto, é a invisibilidade desta, como bem nota Gavin Kelly (2003, cf. Zarini, 2003, p. 7). Em nenhum momento o objetivo de Constantinopla de se igualar ou ao menos equivaler a Roma consegue se impor, mesmo que, em termos de concentração de poder e relevância política, por causa da presença constante dos imperadores, a nova Capital suplante a antiga de maneira clara e evidente. Amiano segue a tendência de muitos outros autores contemporâneos a ele que também manifestam atitudes negativas à cidade – em especial autores pagãos, já que a cidade é

associada ao cristianismo. As críticas também recaem no fato da nova Capital almejar um status semelhante ao da antiga, como, por exemplo, no caso do poeta Claudiano, que acusa a “cidade que se toma como rival da grande Roma” (*In Rufinum*, II, 54).

Basta um significativo exemplo para vermos a irrelevância de Constantinopla em Amiano: quando Juliano está na nova Capital, que também é sua cidade natal, ele procura construir monumentos e edifícios necessários ao novo status da cidade, participa das sessões do Senado e recebe embaixadas estrangeiras, embora o próprio Amiano trate o assunto de maneira muito superficial (XXII, 9.2; cf. CARVALHO, 1996). Ao morrer, os restos do imperador são a princípio mantidos em Tarso, mas logo depois enviados a Constantinopla, que já é o centro onde todos os corpos dos imperadores da família de Constantino são enterrados. Amiano, no entanto, ressalta, em uma observação pessoal e subjetiva, que Juliano deveria ter sido enterrado ao lado das águas do Tíbre:

Mas quanto aos seus restos e suas cinzas, se alguém quisesse demonstrar bom julgamento, o Cidno não deveria divisá-los, embora seja um rio muito agradável e límpido, mas para perpetuar a glória de seus nobres atos o Tíbre deveria passar ao seu largo, o rio que corta a cidade eterna e corre ao lado dos memoriais dos antigos imperadores divinizados.<sup>12</sup>

Como bem observa Kelly (2003, p. 594), o imperador pagão foi posteriormente colocado junto aos membros de sua dinastia na Igreja dos Apóstolos, mas isso não consta do texto de Amiano - apenas lemos sobre essa sugestão do autor que associa Juliano à grandeza de Roma, mesmo que o imperador nunca tenha estado lá em vida. Porém, é apropriado lembrar que a omissão de Amiano pode não ter se dado por oposição a essa medida funerária, já que não se sabe se ele já teria escrito sobre a morte de Juliano em 395, data provável da transferência. Considerações filológicas à parte, o que transparece é a importância da cidade de Roma dentro de um processo no qual ela já não é mais expressiva ou mesmo presente.

Portanto, vemos que, se Roma é politicamente irrelevante, como o próprio Amiano reconhece, a importância política de Constantinopla no fim do século IV é para ele menos relevante ainda. O que significa então esse desequilíbrio? Sem dúvida, todos esses indícios nos mostram que, para o grego Amiano, a transcendência eterna e inabalável de Roma como o centro

*simbólico* do Império é ainda fundamental. Da *urbs aeterna* ainda provêm os valores ancestrais modelares para todos os cidadãos de todas as províncias, e também de onde parte a ideia – importante ressaltar, pagã – da perenidade do poderio romano perante o mundo. É por isso que se justifica a presença de duas longas digressões tão aparentemente banais e deslocadas do texto, no qual Amiano aparece quase pedindo desculpas por precisar inserir fatos tão indignos da antiga glória da cidade.

Outro breve exemplo do papel das cidades pode ser usado para entendermos essa sutil, porém fundamental ênfase de Amiano na importância da combalida *urbs aeterna*. Quando Juliano viaja de Constantinopla para Antioquia, ele passa pelas ruínas de Nicomédia (XXII, 9.3-5), que havia sido arrasada em um terremoto pouco tempo antes, em 358. Desolado com o estado da antiga sede do governo de Diocleciano, Juliano resolve promover a reconstrução dos edifícios públicos e privados que haviam sido destruídos. Aqui Amiano compara a cidade, por sua antiga magnificência e importância, como semelhante a um bairro de Roma, dada, é claro, a sua proporção em termos de tamanho:

[...] cidade famosa no passado e tão enriquecida com os volumosos investimentos dos imperadores antigos que, considerando-se sua grande abundância de edifícios privados e públicos, alguém culto poderia considerá-la como um bairro da cidade eterna.<sup>13</sup>

O texto ressalta a importância pontual do que havia sido Nicomédia, associando-a diretamente como uma pequena parte de Roma, quase que em uma espécie de metonímia. Dessa forma, podemos ver como Amiano reconhece a primazia simbólica absoluta da antiga Capital, não apenas quando fala da própria cidade, tal como vimos nas digressões, mas também quando omite algumas cidades tão ou ainda mais importantes na sua própria época, caso de Constantinopla, ou associa outras com a *urbs*, como Nicomédia.

Assim, podemos concluir que existe um aparente paradoxo entre o centro ainda primordial do mundo romano, que é praticamente irrelevante em termos políticos, mas se mantém como referência simbólica absoluta – a cidade de Roma – e a presença constante de outras cidades e espaços bem mais presentes na narrativa. Na verdade, os centros do poder para Amiano Marcelino não são mais lugares físicos, mas sim os próprios imperadores,

suas cortes e exércitos. As unidades primárias do texto, tanto cronológicas como espaciais, são as ações dos imperadores durante as campanhas sazonais e durante os intervalos de inverno, onde eles se concentram nas cidades. Como afirmava Herodiano quase literalmente mais de um século e meio antes, Roma está onde está o imperador.<sup>14</sup> Amiano talvez acrescentasse que Roma está na manutenção da sua memória para os cidadãos de todo o Império.

## Referências

### Documentação primária impressa

AMIANO MARCELINO. *Historia*. Edición de Ma. Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.

AMMIANUS MARCELLINUS. *Roman History*. 3 vols., Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985. (The Loeb Classical Library)

### Obras de apoio

AUERBACH, Erich. *Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BARNES, T. D. *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1998.

BEARD, M. *The Roman Triumph*. Cambridge, Mass./London: Belknap/Harvard University Press, 2007.

BLOCKLEY, R. C. *Ammianus Marcellinus – A Study of His Historiography and Political Thought*. Bruxelles: Latomus/Revue d'Études Latines, 1975.

CAMERON, Alan. "The Roman Friends of Ammianus". *The Journal of Roman Studies*, vol. 54, parts 1 and 2, p. 15-28, 1964.

CARVALHO, Margarida Maria de. "A Heroificação do Imperador Juliano no relato de Amiano Marcelino". *Revista de História* (UFOP), Minas Gerais, v. 6, p. 159-164, 1996.

DAVIES, J. P. *Rome's Religious History – Livy, Tacitus and Ammianus on Their Gods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

EDWARDS, Catherine. *Writing Rome: Textual Approaches to the City*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

EMMETT, Alanna. "Introductions and Conclusions to Digressions in Ammianus Marcellinus". *Museum Philologum Londiniense*, vol. 5, p. 15-33, 1981.

FORNARA, C. W. "Studies in Ammianus Marcellinus II: Ammianus' Knowledge and Use of Greek and Latin Literature." *Historia*, 41, p. 420-438, 1992.

HENGST, D. den. "Literary Aspects of Ammianus' Second Digression on Rome" In: den BOEFT; J.; DRIJVERS, J. W.; den HENGST, D.; TEITLER, H. C. (eds.) *Ammianus After Julian*. The Reign of Valentinian and Valens in Books 26-31 of the Res Gestae. Leiden/Boston: Brill, p. 159-180, 2007.

JAL, M. Paul. "Historiographie annalistique et historiographie thématique dans l' Antiquité Classique: quelques remarques". *Revue des Études Latines*, vol. 75, p. 27-37, 1997.

KELLY, G. "The new Rome and the old: Ammianus Marcellinus' silences on Constantinople". *Classical Quarterly*, vol.53, n.2, p. 588-607, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ammianus Marcellinus: The Allusive Historian*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. "Ammianus Marcellinus: Tacitus' heir and Gibbon's guide". In: FELDHERR, Andrew (org.) *The Cambridge Companion to The Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 348-361, 2009.

MARINCOLA, John. “Genre, convention and innovation in Greco-Roman Historiography”. In: KRAUS, C. S. (ed.) *The Limits of Historiography – Genre and Narrative in Ancient Historical Texts*, Leiden/Boston/Köln, Brill, p. 281-324, 1999.

MARQUES, Juliana Bastos. “Um ciclo dos costumes em Tácito? Anais III, 55”. *Boletim do CPA, IFCH/Unicamp*, vol. 18, p. 55-66, 2004.

MATTHEWS, John. F. *The Roman Empire of Ammianus*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

MENDES, N. M. *O sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “The lonely historian Ammianus Marcellinus”. In: *Essays in Ancient and Modern Historiography*. Oxford: Clarendon Press, p. 127-140, 1977.

PACK, Roger. “The Roman Digressions of Ammianus Marcellinus”. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 84, p. 181-189, 1953.

REES, Roger. “*Ammianus satiricus*”. In: DRIJVERS, J. W.; HUNT, D. (orgs.) *The Late Roman World and Its Historian. Interpreting Ammianus Marcellinus*. London/New York: Routledge, p. 141-155, 1999.

ROHRBACHER, David. *The Historians of Late Antiquity*. London; New York: Routledge, 2002.

RUCH, M. “Le thème de la croissance organique dans la pensée historique des Romains, de Caton à Florus.” *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, I.2, p. 827-84, 1972.

SABBAH, G. “Ammianus Marcellinus”. In: MARASCO, Gabriele (ed.). *Greek and Roman Historiography in Late Antiquity – Fourth to Sixth Century A.D.* Leiden/Boston: Brill, p. 43-84, 2003.

SILVA, Gilvan V. da. “História, verdade e justice em Amiano Marcelino”. In: JOLY, F. D. (org.) *História e retórica: ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda Editorial, p. 165-182, 2007.

THOMPSON, E. A. “Ammianus Marcellinus and the Romans”. *Greece & Rome*, vol. 33, p. 130-134, 1942.

\_\_\_\_\_. *The Historical Work of Ammianus Marcellinus*, Cambridge, Cambridge Univeristy Press, 1947.

VERBRUGGHE, Gerald P. “On the meaning of *Annales*, on the meaning of *Annalist*”. *Philologus*, vol. 133, n. 2, p. 192-230, 1989.

ZARINI, Vincent. “Trois éloges comparés de Rome: Ammien Marcellin, Claudien, Rutilius Namatianus”. *Camena*, vol. 2, p. 1-14, 2007.

## Notas

---

\* Artigo submetido à avaliação em 05 de junho de 2011 e aprovado para publicação em 04 de agosto de 2011.

<sup>1</sup> Pós-Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (2009), com apoio FAPESP. Professora adjunta – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: [leirunirio@gmail.com](mailto:leirunirio@gmail.com).

<sup>2</sup> “*residua quae secuturus aperiet textus, pro virium captu limatius absolvemus, nihil obtrectatores longi (ut putant) operis formidantes*”, XV, 1.

<sup>3</sup> “*praeceptis historiae dissonantia, discurrere per negotiorum celsitudines assuetae, non humilium minutias indagare causarum*”, XXVI, 1. Cf. Silva (2007).

<sup>4</sup> Thompson (1942), Blockley (1975: 12), Momigliano (1977), Matthews (2007: 465-466), Davies (2004: 233-235). Para uma visão crítica, ver Cameron (1964).

<sup>5</sup> As principais análises sobre essas digressões são Thompson (1942), Pack (1953), Barnes (1998: 173-175), Matthews (2007: 214-217, 414-417), Kelly (2008, em diversas passagens) e Hengst (2007, para a segunda digressão), além do comentário para o livro XIV por De Jonge (*Sprachlicher und Historischer Kommentar zu Ammianus Marcellinus XIV*, Groningen, 1935-1939, repr. 1972. O famoso capítulo de Auerbach (1971, orig. 1946) sobre Pedro Valvomeres (XV, 7), discutido por Barnes (1998: 11-16) também é digno de nota, dado que, embora não se tratando exatamente dessas digressões, analisa o discurso de Amiano e sua visão da história a partir de um episódio ocorrido na cidade de Roma.

<sup>6</sup> “*nihil praeter seditiones narrator et tabernas et vilitates harum similis alias*” (XIV, 6.2).

<sup>7</sup> Nesse sentido, como coloca Zarini (2003: 6), “*la suprématie matérielle de Rome est étroitement liée... à sa suprématie spirituelle*”.

---

<sup>8</sup> Por exemplo, Thompson (1947: 14) e Sabbah (2003: 53). Matthews tem uma visão mais cautelosa (2007: 11-13).

<sup>9</sup> “*Diu multumque a negotiis discussus urbanis, adigente cumulo foris gestorum, ad ea strictim exsequenda regrediar*”, XXVIII, 4.1.

<sup>10</sup> “*The first is more selective in choice of material, more thematic in its emphasis and more measured in its presentation, its various topics are introduced with a greater variety and resource of language and style. The second digression, perhaps even more lively in specific detail, is less coherently organized, its often arresting images are more arbitrarily related to each other and the general considerations that lie behind Ammianus’ choice of examples are not made clear. It is as if Ammianus were filling out his first digression with a further selection of examples, using left-over material he had not included earlier; or perhaps the second passage, less polished than the first, never received the revision intended for it.*”

<sup>11</sup> “*Sit satis interim haec digessisse super rebus urbanis. Nunc redeamus ad cetera, quae per provincias agitare multiplices casus*”, XXVIII, 4.35. Sobre as introduções e conclusões das digressões em Amiano, ver Emmett (1981).

<sup>12</sup> “*cuius suprema et cineres, siqui tunc iuste consuleret, non Cydnus videre deberet, quamvis gratissimus amnis et liquidus, sed ad perpetuandam gloriam recte factorum praeterlambere Tiberis, intersecans urbem aeternam divorumque veterum monumenta praestringens.*”, XXV, 10.5.

<sup>13</sup> “*urbem antehac inchoatam, ita magnis retro principum amplificatam impensis, ut aedium multitudine privatarum et publicarum, recte noscentibus regio quaedam urbis aestimaretur aeternae.*”, XXII, 9.3.

<sup>14</sup> Herodiano descreve como, em 238, Gordiano trocou Roma por Cartago por um breve período, levando consigo para uma grande cidade todos os principais símbolos e apetrechos de seu poder, como uma guarda imitando os pretorianos, os fasces com os louros e até o fogo sagrado de Roma – *História Romana*, VII, 6.